



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

O COMÉRCIO AMBULANTE NOS ESPAÇOS DO SISTEMA METROVIÁRIO DO RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA (RMR): TRAJETÓRIA SOCIAL E PROFISSIONAL DOS AMBULANTES

Fabíola Araújo da Silva¹
Camila Rachel Lira Silva²
Glauciene Farias Rocha³
Clécia Pereira da Silva⁴
Pamela Raquel Lopes Macêdo⁵

Resumo: A partir da abordagem histórica e crítica dialética, apreenderam-se as transformações no mundo do trabalho e suas sequelas para a classe trabalhadora. A questão central são a informalidade no Brasil e seus impactos no trabalho ambulante. Objetivou-se entender o comércio ambulante e o cotidiano dos trabalhadores no metrô do Recife e RMR, através de revisões bibliográficas, observações e entrevistas.

Palavras-Chave: Trabalho, Informalidade, Ambulantes.

Abstract: From the historical and critical-dialectic approach the transformations in the world of the work and its sequels for the working class were apprehended. The central issue is informality in Brazil and its impacts on mobile work. The objective was to understand the itinerant commerce and daily life of the workers in the subway of Recife and RMR, through bibliographical reviews, observations and interviews.

Keywords: Work, Informality, Ambulant.

1. INTRODUÇÃO

O contexto internacional da crise do capital representou um período de mudanças nos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora brasileira e garantidos pela Constituição Federal de 1988. Como estratégia de superação da crise, o capital propôs a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho, tendo como principal mecanismo a terceirização dos serviços, a financeirização do capital e as fusões das empresas. Além dessas alternativas, o capital apropriou-se dos processos de demissões e, como meio de manter os níveis de lucratividade da produção, incrementou o uso de novas

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fabiolaesilvafs@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fabiolaesilvafs@gmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fabiolaesilvafs@gmail.com.

⁴ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fabiolaesilvafs@gmail.com.

⁵ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fabiolaesilvafs@gmail.com.

tecnologias nos processos produtivos, as quais possibilitaram a intensificação da produtividade, permitindo assim maiores taxas de extração da mais-valia relativa e absoluta.

Historicamente, o país esteve mergulhado em um capitalismo tardio, dependente de políticas internacionais de ajustes fiscais que incidiram diretamente sobre a economia do trabalho vivo e, contemporaneamente, o cenário do mercado de trabalho brasileiro tem sido tensionado pela desestruturação das e nas relações de trabalho, através da ampliação e incorporação de trabalhadores autônomos, subcontratados, temporários, clandestinos, parciais, em domicílios, terceirizados, informais, ambulantes, entre outros. O atual cenário do mundo do trabalho tem intensificado novas modalidades de trabalho, sendo uma destas o trabalho informal, que no atual contexto das relações de produção e reprodução capitalista é moldado pelos principais elementos que constituem a dimensão socioeconômica do mundo do trabalho no Brasil. O trabalho informal se apresenta como uma estratégia funcional ao sistema capitalista de produção, na medida em que flexibiliza as relações de trabalho e suprime os avanços legais obtidos em torno das questões trabalhistas. Trata-se de uma modalidade de trabalho relacionada diretamente à existência de um exército de reserva, que mantém uma grande parcela da população às margens das condições necessárias para a manutenção da vida em sociedade – superpopulação relativa. Na busca pela reprodução social, os trabalhadores ambulantes submetem-se a condições precárias de trabalho, as quais mantêm este sistema, levando-o à sua ampliação. Ademais, esses trabalhadores ambulantes encontram-se imersos na lógica do capital, como instrumento de manutenção da ordem burguesa, gerando lucros livres, isentos de regulações fiscais, através das relações de compra e venda das mercadorias.

Tomou-se como objeto de estudo o comércio e o trabalho ambulante, exercidos como segmento da atividade informal, nos espaços do Sistema Metroviário do Recife e RMR, a fim de entender as dinâmicas que envolvem as relações sociais de produção e reprodução dos trabalhadores ambulantes, suas trajetórias sociais e profissionais. Como processo metodológico, buscaram-se revisões bibliográficas, de autores de referência na temática. Para pesquisa de campo, foram realizadas observações sistemáticas e entrevistas⁶, através da aplicação de formulários qualitativos e quantitativos, que auxiliaram na obtenção dos dados empíricos. O presente artigo surge como resultado de pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em Serviço Social no segundo semestre de 2016. A seguir será apresentada a relação entre a reestruturação produtiva e as transformações nas relações de trabalho no Brasil. Em seguida, será exposta uma síntese conceitual sobre o comércio ambulante e as trajetórias sociais e profissionais dos trabalhadores.

⁶ Salienta-se que a pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob o CEP e/ou número do CAAE: 55395316.3.0000.5208.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

2.1 As transformações no mundo do trabalho: a reestruturação produtiva e as relações de trabalho no Brasil

No sistema capitalista, as relações sociais, de produção e reprodução são submetidas a um modo de trabalho que aliena, subverte, explora e degrada o homem; leia-se, a classe trabalhadora. Tal sistema subverteu os processos produtivos, sobretudo a partir da separação entre o proprietário dos meios de produção e os trabalhadores. Estes últimos são desprovidos das condições financeiras necessárias para adquirir os meios de produção; enquanto aqueles possuem os maquinários, os meios de compra do trabalho vivo, se apropriam dos frutos da produção coletiva e obtêm a mais-valia, através da apropriação privada do trabalho não pago e da exploração da força de trabalho, seja ela relativa e/ou absoluta⁷ (LESSA e TONET, 2011). Segundo Antunes (2009), o resultado dessa soma é sempre negativo para a classe que vive-do-trabalho, uma vez que esta precisa vender a sua única mercadoria – a força de trabalho, para adquirir como produto final um salário.

A teoria social crítica concebe o trabalho como elemento fundante da sociabilidade do homem. Entretanto, o sistema capitalista de produção resignifica o sentido ontológico do trabalho. Dessa forma, para compreender os movimentos de constituição e transformação das relações de trabalho no Brasil, conforme a teoria social crítica, faz-se necessário analisar a influência dos determinantes históricos brasileiros, inerentes ao sistema capitalista de produção, e seus rebatimentos para as relações de trabalho na contemporaneidade – enfocando de maneira particular as transformações no mundo do trabalho formal e o seus rebatimentos para a ampliação das atividades informais.

A partir da década de 1930, até meados da década de 1950, o Brasil vivenciou a abertura de novos postos de trabalho, em especial, na indústria. Tratava-se do desenvolvimento econômico sob as bases do Estado Nacional Desenvolvimentista, baseado nos princípios do keynesianismo. As intervenções estatais para efetivação de medidas progressistas, voltadas para o incentivo à industrialização no país, estavam articuladas com o estabelecimento de direitos básicos para a classe trabalhadora, a fim de formar um contingente pequeno de trabalhadores industriais aptos a atuar no sistema capitalista de produção taylorista/fordista – modelo de produção dominante nesse período.

⁷ Segundo afirmam Carcanholo e Sabadini (2011, p. 137-141), a mais-valia absoluta “[...] consiste em prolongar a jornada de trabalho ou intensificá-la, mantendo-se ou não constante a parte que é destinada ao pagamento da força de trabalho sob a forma de salário”; enquanto que a mais-valia relativa diz respeito à “[...] elevação da capacidade produtiva do trabalho (produtividade)”.

A crise do petróleo de 1973 incidiu na elevação dos custos da produção para os países industrializados e, em médio prazo, refletiu-se no aumento dos juros para financiamento dos países emergentes. Dessa forma, o Brasil, já no final da década de 1970, apresentava o crescimento da dívida externa e da inflação, que conseqüentemente gerou o aumento do desemprego e o arrocho do salário da classe trabalhadora, que conseguia manter seus vínculos no mercado de trabalho formal (VASCONCELOS e FILHO, 2019). Os autores Almeida e Alencar (2011) relatam que as relações de trabalho nesse contexto social brasileiro apresentam-se de maneira precarizada, através de trabalhos autônomos, subcontratados, temporários, clandestinos, parciais, em domicílios, terceirizados e informais, entre outras formas.

Em meados dos anos de 1990, o receituário neoliberal foi inserido no Brasil, sob um capitalismo tardio, em “resposta” à crise do capital, como forma de solucionar as quedas de lucro e as dívidas externas do país. Vasconcelos e Filho (2019) caracterizam esse cenário econômico como “estagflação”, isto é, tratava-se de um período de intensa relação entre a estagnação e o aumento da inflação na economia brasileira, uma vez que o Brasil encontrava-se mergulhado nas políticas internacionais de ajustes fiscais, que incidiam sobre a economia do trabalho vivo, em detrimento das políticas de incentivo à indústria nacional, como nas décadas anteriores. Segundo afirma Mattoso (1990), a economia brasileira buscou: “[...] *Pagar a dívida externa [...] promovendo ajustes recessivos [...] elevando juros [...] favorecendo – assim – a estagnação tecnológica e condenando a estrutura industrial à virtual obsolescência em que hoje se encontra*” (MATTOSO, 1990, p. 08).

O neoliberalismo adentrou no Brasil e pôs em xeque as conquistas adquiridas pela luta da classe trabalhadora, sobretudo no que se refere aos direitos trabalhistas e às políticas sociais. Behring e Boschett (2011) apontam que o conjunto de transformações que os direitos sociais sofreram no Brasil tratou-se de uma ofensiva do capital contra o trabalho, isto é, de uma contrarreforma do Estado e das conquistas sociais. Como consequência, as medidas adotadas pelos governos conservadores incidiram drasticamente sobre o mercado e as relações de trabalho, especialmente em relação às medidas de ajustes econômicos e às privatizações de empresas estatais e dos setores públicos, que repercutiram em grandes demissões. Houve, ainda, o enquadramento das políticas sociais, de acordo com receituários internacionais, ditados por organismos como: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) (VASCONCELOS e FILHO, 2019).

Para Alves (2009), o processo de reestruturação produtiva no Brasil trouxe vários elementos que modificaram a “morfologia social de acumulação do capital”, e um dos elementos primordiais foram as demissões em massa, que contribuíram para a economia do trabalho vivo e apropriação da mais-valia. Por outro lado, como o processo produtivo não se

realiza sem a força de trabalho, o capital lançou mãos de novas formas de relações com a classe trabalhadora, pela via da contratação precária. Ele ainda apresenta os elementos da precarização do trabalho, os quais são: “[...] a perda do poder de barganha sindical, crescimento do desemprego total, expansão dos contratos de assalariamento precário/flexibilizado)”. (ALVES, 2009, p. 09).

Destarte, a saída da crise proposta pelo capital foi através da desregulamentação, flexibilização e precarização das relações e condições de trabalho, tendo como principal mecanismo a terceirização dos serviços que conseqüentemente intensificou a exploração. Outras saídas foram os processos de financeirização do capital e as fusões das empresas que resultaram no aumento do desemprego. O capital enxergou nos processos de demissões a economia do trabalho vivo e os meios de manter estáveis os níveis de lucratividade da produção, por intermédio da intensificação da extração da mais-valia relativa e/ou absoluta.

O panorama do mercado de trabalho brasileiro, sob os fundamentos do processo de reestruturação produtiva, segundo defende Alves (2009), se desenhava com os seguintes contornos: o alto índice de desemprego, sobretudo nas Regiões Metropolitanas; a expansão da informalidade e da terceirização, resultantes da flexibilização dos contratos de trabalho “formais”; as usurpações dos direitos trabalhistas, garantidos formalmente pela Constituição Federal de 1988, entraram em xeque pela ameaça capitalista, em 1990.

Além disso, historicamente no Brasil nunca houve uma política de proteção social integral e efetiva, que estabelecesse as necessidades mínimas para a manutenção social da população, sobretudo da classe trabalhadora, se comparado ao Estado de bem-estar social dos países de capitalismo central. Afora isso, as características do mercado de trabalho no capitalismo e mais acentuadamente nos países em desenvolvimento, como no caso brasileiro, são incapazes de abarcar toda força de trabalho disponível, ou seja, sempre há um montante de indivíduos que aguardam a oportunidade de se sujeitar às ínfimas “condições” de sobrevivência, isto é, de trabalho dito “formal” no sistema capitalista periférico – estes compõem o exército industrial de reserva.

Em decorrência disso, a partir de 1990, eclodiu no Brasil o aumento do desemprego seguido de “novas formas” de ocupação da força de trabalho, como meio para a sobrevivência. Entre essas “novas formas”, Paccola (2019, p. 03-04), aponta para o crescimento da informalidade urbana, que “[...] tornou-se lugar comum no cotidiano do trabalho, fazendo crescer cada vez mais o número de trabalhadores vulneráveis no país”. O autor ainda traz uma citação de Barboza e Carvalho (2006, p. 28), na qual os autores afirmam que,

[...] Um em cada três trabalhadores brasileiros ou recebe uma renda inferior a um salário mínimo ou então se enquadra na categoria de não remunerados e de

ocupados no setor de subsistência. Estes números se aproximam, já que a baixa renda e a informalidade avassaladora levam à não contribuição para previdência, além de dificultar a continuidade dos estudos, forçando muitos dos trabalhadores brasileiros a realizar horas extras ou acumular ‘bicos’ no horário que deveria ser reservado ao lazer”. (BARBOSA & CARVALHO apud PACCOLA, 2019, p. 03-04).

No entanto, Behring e Boschetti (2011) apontam que a precarização das relações de trabalho no Brasil possui raízes históricas, as quais não podem passar despercebidas, uma vez que no Brasil as condições precedentes da formação do capitalismo à qual o país foi submetido tratou-se de uma *“via não clássica de transição para o capitalismo”*. Assim destacam que, desde o período colonial até os dias atuais, o Brasil possui as seguintes particularidades:

“[...] O processo da colonização entre os séculos XVI e XIX, [...] serviu à acumulação originária de capital nos países centrais. Os períodos imperial e da República não alteraram significativamente essa tendência de subordinação e dependência ao mercado mundial [...]”. O maior exemplo [...] (do peso do escravismo para a sociedade brasileira) é a condição do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural [...], carregados até hoje de desqualificação, a qual é definidora da relação entre capital e trabalho no país.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 70-73).

Diante do atual cenário das relações de trabalho em nível global e local, observa-se um movimento no mercado de trabalho mundial e, conseqüentemente, de forma mais deletéria no Brasil – país de capitalismo periférico, de transformação das relações de trabalho formais em relações informais de trabalho. Dessa forma, as características do mercado e das relações de trabalho supracitadas não se apresentaram como um fato novo na realidade brasileira; o que ocorreu foi a intensificação das amplas contradições preexistentes. Nota-se ainda, diante da atual conjuntura político-econômico-social brasileira, que o trabalho informal apresenta-se como uma tendência nas relações de trabalho, e não mais como uma eventualidade diante das crises do capital e das taxas de desemprego. Dada essa realidade, buscamos, a seguir, apresentar uma breve discussão conceitual sobre o comércio ambulante, o qual é concebido nesta produção como um desdobramento da informalidade no Brasil. Logo após, faremos um panorama das trajetórias social e profissional dos ambulantes que atuam nos espaços do Sistema Metroviário do Recife e RMR.

2.2 O comércio ambulante e as relações de produção e reprodução social: trajetória social e profissional dos trabalhadores ambulantes

Entre as diversas atividades que compõem a informalidade, destaca-se o comércio ambulante como objeto desta investigação, o qual pode ser definido etimologicamente por um conjunto de atividades desenvolvidas por *“[...] trabalhadores, sem local fixo de trabalho ou atividade, que andam de lugar a lugar oferecendo seus próprios produtos e ou serviços”*.

Assim, como o próprio termo sugere, são aqueles que ambulam de um lugar a outro. (GARCIA, 2012, p. 73). A autora destaca ainda que, além da denominação de trabalhador ambulante ou comerciante de rua, os trabalhadores do comércio informal são denominados de camelôs. Esse termo é originário da língua francesa e refere-se ao trabalhador de rua que possui poucas mercadorias. Segundo Pamplona (2013), o comércio ambulante também pode ser considerado como o comércio de rua, que é:

“[...] um fenômeno vigoroso, que resiste há séculos de mudanças econômicas e urbanas e, ao contrário do que se imaginava, não sucumbiu à modernidade capitalista, mas foi alimentado por ela, por suas iniquidades. Nas grandes cidades brasileiras, o comércio de rua envolve diretamente uma quantidade de pessoas [...] grande demais para ser ignorada.” (PAMPLONA, 2013, p. 226).

Ainda, segundo o autor, a população que engrossa as fileiras do comércio ambulante é composta por trabalhadores que normalmente são autoempregados, realizam vendas diretas aos consumidores, na qual é oferecida uma variedade de produtos, geralmente miudezas, sendo essas mercadorias de baixo valor. Ou ainda, a prestação de serviços de alimentação, em espaços públicos, como vias, com ou sem permissão oficial (PAMPLONA, 2013). A ausência de construções ou instalações físicas permanentes é uma característica inerente à atividade ambulante. Dessa forma, esses trabalhadores acabam ocupando os espaços públicos e privados, realizando seus trabalhos de modo itinerante. O objetivo primordial do comércio ambulante, para o trabalhador, não consiste na variável-chave do capital: o lucro, como sinaliza Pamplona (2013). Isso porque o trabalho ambulante busca, sobretudo, atender às necessidades de sobrevivência do trabalhador informal e de sua família. Inicialmente trata-se de uma busca por recursos provisórios, todavia, mediante o cenário capitalista, que pelas vias de regra não incorpora toda força de trabalho disponível, esses trabalhadores permanecem exercendo o trabalho informal por maior período, tornando-se uma ocupação tendencial e não efêmera. A priori, o comércio ambulante se apresenta como uma saída para a situação de desemprego, um “amortecedor social”. Para Pamplona (2013),

“[...] A baixa renda da população brasileira, sua pouca riqueza acumulada, programas de seguro-desemprego acanhados e políticas sociais insuficientes fazem com que a situação de desemprego seja uma alternativa inviável, para grande parte da força de trabalho. Os trabalhadores brasileiros rapidamente trocam a situação de desemprego aberto por uma ocupação informal.” (PAMPLONA, 2013, p. 67).

Desse modo, Caciomalli (1982, p. 33) sintetiza as características do comércio ambulante: “*Atividades precárias, instáveis, ocasionais, cujos níveis de renda, em geral baixos, mal conseguem suprir as necessidades mínimas do trabalhador que as exerce [...]*”, bem como, dos trabalhadores nele inseridos, “*receptáculo para aqueles que possuem baixa*

qualificação e não têm meio de vida e/ou por não serem absorvidos de forma regular por algum empregador, ali se inserem [...]”.

Além dessas características, o comércio ambulante nos espaços do Sistema Metroviário do Recife e RMR é transpassado pela questão da legalidade *versus* ilegalidade. Ao abordarmos a realidade do comércio ambulante, fez-se necessário considerarmos a existência de uma “linha tênue” que entrelaça os aspectos legais e ilegais do trabalho informal. É nesse sentido que pontuamos o contexto socioeconômico do país, demarcado pela desigualdade estrutural e extremos índices de pobreza que, histórica e contemporaneamente, abarcam grande parte do contingente populacional, tornando por vezes a atividade dita “ilegal” numa saída viável para a sobrevivência neste sistema. Garcia (2012) revela a existência da dita “condição de criminalidade” que acompanha os trabalhadores que se inserem nesse mundo das atividades “ilegais”. Evidencia ainda o papel importante dos trabalhadores nas redes da informalidade, uma vez que os pobres – neste caso, os ambulantes – possuem um papel duplo e essencial no trabalho ambulante, pois tanto são consumidores normais como são agentes de vendas.

O trabalho informal, neste caso em específico o comércio ambulante, desdobra-se a partir de um emaranhado de relações socioeconômicas que envolvem desde o grande capitalista ao mais simples vendedor, que recebe as mercadorias e realiza as vendas na maioria das vezes sem compreender a amplitude dessa “relação de troca”. O comércio ambulante é marcado por instabilidades e conflitos que alocam os trabalhadores em situações de constante vulnerabilidade no seu dia a dia laboral. Como citado por Garcia (2012), o caráter autoritário e expressivo no trato da questão da informalidade no Brasil é uma marca que prejudica diretamente o trabalhador ambulante. Este é visto como o motivador do problema central da informalidade, sendo que, na verdade, é meramente um sujeito à mercê dos desdobramentos excludentes do sistema capitalista.

O trabalho informal e o comércio ambulante nos espaços do metrô do Recife e RMR não são fatos recentes. As autoridades locais e regionais não conseguem eliminá-los, pelo fato de esse trabalho informal e ilegal não ser uma opção, e sim a expressão das necessidades de sobrevivência de toda uma classe, isto é, um desdobramento da questão social. Mas, pelo contrário, o trabalho ambulante continua crescendo em concomitância com seus conflitos. Garcia (2012) elucida esta realidade quando afirma que, se considerarmos que trabalhar na rua clandestinamente nem sempre se configura como uma escolha, a ação truculenta do Estado em apreender as mercadorias, agir violentamente e agredir os ambulantes torna-se ainda mais questionável.

Diante do exposto, faz-se necessário compreender as dinâmicas que envolvem os sujeitos afetados diretamente pelos flagelos das transformações no mundo do trabalho,

sobretudo aqueles que sofrem os impactos gerados pelo desemprego, os quais são impelidos à informalidade e encontram no comércio ambulante, atividade na franja do sistema capitalista de produção, a esperança de adquirir os meios necessários para sobrevivência individual e de suas famílias.

No tocante à trajetória social dos trabalhadores ambulantes, com base na pesquisa *in loco*, através da observação sistemática e das entrevistas realizadas⁸ nos espaços do Sistema Metroviário do Recife e RMR, obtiveram-se dados acerca da: naturalidade, faixa etária, gênero, vínculos afetivos e grau de escolaridade dos trabalhadores ambulantes.

Assim, concluiu-se que 70% dos entrevistados, isto é, mais da metade, são naturais da cidade do Recife ou RMR. Notou-se ainda a presença de vendedores ambulantes naturais de outras regiões, tais como: Agreste, Mata Sul e Mata Norte de Pernambuco. Esses dados apontam que a população pernambucana tem encontrado uma alternativa, para as condições de pobreza e desemprego, nas atividades do comércio ambulante, as quais são realizadas nos locais públicos, em especial nos espaços do metrô do Recife e RMR. Todavia, registrou-se ainda a presença de vendedores ambulantes provenientes de outros estados brasileiros, como João Pessoa e Rio de Janeiro. Ademais, destaca-se a presença de indivíduos procedentes de outros países como Senegal, situado na África Ocidental.

Em relação aos dados coletados sobre a faixa etária desses trabalhadores ambulantes, constata-se que eles estão concentrados em quatro grupos, a saber: 50% dos entrevistados possuem idades entre 18 e 28 anos; 20% estão na faixa etária entre 29 e 39 anos; 15% estão na faixa etária de 40 a 50 anos; e os outros 15% possuem entre 51 a 58 anos.

Assinala-se para a maior participação da população entre 18 e 28 anos no trabalho informal do comércio ambulante. Isto é, metade dos entrevistados, de acordo com as considerações do IBGE⁹, está na faixa etária que corresponde à população jovem – entre 15 e 24 anos. Esse tem sido o reflexo dos impactos causados pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, nas quais os trabalhadores mais jovens, geralmente sem experiências de trabalho formalizado, são impelidos às formas desumanas de trabalho, seja em empregos formalizados, mas sob péssimas condições de produção e reprodução da força de trabalho, seja em trabalhos informais, estes últimos sob condições de superexploração da força de trabalho. Ainda em relação à faixa etária, observou-se a

⁸ A realização da pesquisa *in loco* ocorreu durante sete dias consecutivos, alternando-se os turnos entre manhã e tarde; por questões de segurança, a pesquisa não foi realizada no horário noturno. A coleta de dados contou com um universo de trinta e um (31) participantes, maiores de 18 anos.

⁹ Pesquisa sobre a População Jovem no Brasil. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6686.pdf>>. Acesso em: 07/mai/2019.

presença de pessoas idosas, supostamente maiores de 60 (sessenta anos), também desenvolvendo atividades de comercialização ambulante, bem como a de crianças e adolescentes¹⁰.

No que concerne ao gênero dos sujeitos em análise, constata-se, no universo desta pesquisa, a presença de 23 indivíduos do gênero masculino. A partir da análise dos dados, conclui-se que, aproximadamente, para cada oito homens, tem-se a presença de três mulheres no desenvolvimento dessa atividade. Embora o quantitativo de mulheres ainda seja pequeno em relação ao número de homens, verifica-se que elas também têm ocupado os espaços do metrô do Recife e RMR em busca de uma alternativa de trabalho. Observou-se ainda que muitas delas estão gestantes; outras já são mães e levam seus filhos para os espaços do metrô, onde fazem a amamentação e higiene pessoal das crianças e chegam até a circular nos vagões do metrô com os filhos e as mercadorias. E outras mulheres desenvolvem o trabalho ambulante para auxiliar seus companheiros.

Em relação aos vínculos familiares, cerca de 70% dos entrevistados afirmaram estar casados e possuir filhos. Os demais 30% declararam outros tipos de vínculos familiares e afetivos. Ressalta-se que todos os participantes informaram que a renda arrecadada com o trabalho ambulante é a principal fonte da sobrevivência individual e familiar.

No tocante aos níveis de instrução dessa população, verifica-se que 30% dos participantes da pesquisa possuem o ensino fundamental incompleto e 22%, o ensino fundamental completo. Em relação ao ensino médio, 22% afirmaram que ainda não o concluíram e outros 22% informaram que o completaram. Menos de 10% possuem o ensino superior. Verifica-se que, embora os números dos participantes da pesquisa diferenciem-se a partir do gênero, o grupo predominante é de homens com ensino fundamental incompleto, seguido das parcelas que têm ensino fundamental e médio completo. Nota-se ainda a presença de um participante com ensino superior completo – bacharel em Direito. Em relação às mulheres, percebe-se uma leve inversão nos dados: a maioria possui ensino médio incompleto; em seguida vem o grupo que tem do ensino médio completo e o que possui o fundamental incompleto.

Em relação à trajetória profissional desses sujeitos, os dados coletados apontaram que 80% dos ambulantes entrevistados já possuíram outros vínculos empregatícios, em condições de contratação formal e informal. Desses 80%, a metade, ou seja, 40%, possuíram relações de trabalho anteriores ao trabalho no comércio ambulante, com contratação formalizada através de contratos por tempo determinado ou indeterminado, nas seguintes ocupações: operador de máquinas, atendente de loja, porteiro, repositor de supermercado, ajudante de pedreiro, conferente, auxiliar de serviços gerais, educador

¹⁰ As crianças e os adolescentes não compreendem o universo desta pesquisa.

social, ajudante de marceneiro, auxiliar de linha de produção, militar da Aeronáutica, advogado, lavadeira de hotel e atendente de lanchonete. Verificou-se que, mediante o cenário de enxugamento dos postos de trabalho, esses trabalhadores despencaram diretamente nas relações informais de trabalho e passaram a engrossar as estatísticas do trabalho ambulante.

A outra metade, isto é, 40% dos trabalhadores que declararam ter trabalhado em outros locais, antes do serviço ambulante nos espaços do metrô do Recife e RMR, possuía vínculos informais nas seguintes funções: empregada doméstica, cuidadora, garçoneiro, ajudante de pedreiro, taxista, repositor de supermercado e atendente. Observa-se que, mesmo em condições precárias, nas quais o trabalho informal se materializa, esses trabalhadores foram impelidos a deixar de exercer as funções acima citadas, para desenvolver o trabalho ambulante. Os demais 20% dos entrevistados afirmaram que nunca desenvolveram atividades com vínculos formais, pois sempre foram ambulantes; e outros, desde a infância e adolescência, desenvolveram essa atividade nos espaços da capital pernambucana. Observa-se com isso que não há uma mobilidade nas condições de vida dos trabalhadores ambulantes: a dinâmica de inserção nessa atividade se apresenta como “acolhedora” dos indivíduos sobrantes das relações formais de trabalho, mas dificilmente possibilita as condições necessárias para saída dessa condição de trabalho e ascensão social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho informal, sobretudo do comércio ambulante, está articulado com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, sob a égide do capitalismo. O modo de produção, baseado na exploração da força de trabalho e na inserção dos avanços tecnológicos, tem como objetivo acelerar os ritmos da produtividade para alcançar maiores taxas de extração da mais-valia relativa e absoluta. Nesse contexto, ocorrem os enxugamentos dos postos de trabalho e conseqüentemente o aumento do exército industrial de reserva. Dessa forma, compreende-se que o comércio ambulante é constitutivo do sistema capitalista, por estar diretamente relacionado com essa parcela de trabalhadores excluídos da dinâmica formal de trabalho, mas que ainda assim participam da dinâmica geral do capitalismo. Parcela esta que se encontra às margens das condições necessárias para a reprodução social e manutenção da vida.

Ademais, as atividades de comercialização dos ambulantes apresentam-se como uma estratégia funcional e de manutenção do sistema capitalista de produção, na medida em que este busca flexibilizar as relações de trabalho, suprimindo os avanços legais através da

negação dos direitos sociais e trabalhistas. Diante deste cenário, tem-se o negligenciamento por parte dos organismos estatais em responder às demandas da classe trabalhadora, através da criação e implantação de políticas públicas que contemplam o trabalho, emprego e renda. As trajetórias social e profissional dos trabalhadores ambulantes refletem a realidade socioeconômica em que estão inseridos, pois se trata de pessoas jovens, com baixos níveis de escolaridade, ausência de qualificação e insuficiente experiência profissional, perdurando-se assim na precariedade, às margens do mercado de trabalho formal. Contudo, ainda assim, o trabalho desenvolvido por esses trabalhadores movimenta e garante a continuidade das relações capitalistas, gerando renda para os segmentos do mercado e aumentando as ofertas de consumo.

Deste modo, o resultado consiste na contínua valorização do capital. Todavia, esta realidade de trabalho representa um meio concreto de sobrevivência e manutenção familiar para os ambulantes, que obtém através dessa atividade os recursos mínimos para satisfação, ainda que precária, das necessidades primárias e sociais. Esta pesquisa buscou compreender as dinâmicas que envolvem o desenvolvimento do comércio ambulante nos espaços do metrô do Recife e RMR, a partir das contradições que se materializam na realidade do trabalho dos vendedores ambulantes. A relevância desta produção concentra-se na importância da visibilidade destinada a esse segmento de trabalhadores informais, que se encontram às margens do mercado formal de trabalho, precarizados e sem qualquer tipo de direito trabalhista. É necessário ainda ressaltar que, a partir da análise dessa problemática, compreende-se a necessidade de políticas públicas, destinadas ao suprimento das demandas de emprego e renda dessa expressiva parcela de trabalhadores informais. Essa percepção se estendeu ainda à apreciação e compreensão específica proporcionada pela formação em Serviço Social, que nos permitiu delinear os limites e possibilidades evidenciadas pelo trabalho ambulante no metrô.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Giovane. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **REVISTA KATÁL**. Florianópolis. v.12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 Ed; São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cotez, 2011.

GARCIA, Fabiane Aparecida M. **O enredo do trabalho ambulante**: políticas públicas e trajetórias de trabalhadores no centro de São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

LESSA, Sérgio. TONNET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MATTOSO, Jorge Eduardo. Notas sobre a Terceira Revolução Industrial, Crise e Trabalho no Brasil. **CADERNOS DO CESIT**, São Paulo, jul. 1990.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti. **Tendências à Precarização do Trabalho no Brasil diante da Crise Econômica Mundial**. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/tendencias.pdf>>. Acesso em: 20, mai. 2019.

PAMPLONA, J. B. **O comércio de rua na cidade de São Paulo**: evolução recente, perfil e política de regulação. 2011. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/PDE2009_PUCSP_Pamplona.pdf> . Acesso em: 18, mai. 2019.

VASCONCELOS, Ricardo A. Ferreira de. FILHO, Domingos Leite Lima. **Do modelo Keynesiano-Fordista ao Sistema de Acumulação Flexível**: mudanças no perfil do trabalho e na qualificação. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema3/QuartaTema3Artigo4.pdf>. Acesso em: 15, abr. 2019.